



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPOS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA  
INSTITUTO DE ESTUDOS COSTEIROS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS NATURAIS  
PÓLO UNIVERSITÁRIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ

NILTON PEREIRA DE LIMA

**SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO  
ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ**

SANTA LUZIA DO PARÁ - PARÁ

2024

NILTON PEREIRA DE LIMA

**SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO  
ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências Naturais, do Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, Pólo Universitário de Santa Luzia do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Naturais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nívia Magalhães da Silva Freitas

SANTA LUZIA DO PARÁ - PARÁ  
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

L732s Lima, Nilton Pereira de.  
Soberania, segurança alimentar e nutricional no contexto  
escolar do município de Santa Luzia do Pará / Nilton Pereira  
de Lima. — 2024.  
VIII, 33 f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Nívia Magalhães da Silva  
Freitas

Coorientação: Prof<sup>a</sup>. Dra. Nelane do Socorro Marques  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de  
Bragança, Faculdade de Ciências Naturais, Bragança, 2024.

1. Segurança alimentar. 2. Educação alimentar e  
nutricional. 3. Merenda escolar. I. Título.

---

CDD 370

NILTON PEREIRA DE LIMA

**SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO  
ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências Naturais, do Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Naturais.

Data de aprovação: 28/02/2024

Conceito:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nívia Magalhães da Silva Freitas (Orientadora – UFPA)

---

Prof. <sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nelane do Socorro Marques da Silva (Co-orientadora – UFPA)

---

Prof. Dr. Dioniso de Souza Sampaio (Examinador Interno – UFPA)

SANTA LUZIA DO PARÁ - PARÁ

2024

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao eterno por me proporcionar forças e muita luz nos momentos de luta ao longo dessa travessia.

A minha querida orientadora Nívia Freitas que mesmo sobrecarregada com outros orientandos aceitou mais esse desafio de maneira magnífica.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao eterno pelo dom da vida e a minha família que esteve em todos os momentos me ajudando e auxiliando nesta jornada acadêmica.

Também não deixo de dedicar este trabalho a Ciência em todos os seus seguimentos por experimentar e avançar naquilo que é desconhecido em larga escala e proporcionar soluções para os mais variados problemas que acarreta a sociedade.

Dedico ao universo, que mesmo caótico em sua formação, moldado pela força da gravidade, proporcionou aos seres vivos a possibilidade de respirar a poeira cósmica do qual fomos gerados e repassado por nossos ancestrais.

## RESUMO

A Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional é um tema bastante presente na sociedade, pois é um direito de cada ser humano de ter uma alimentação em quantidade e qualidade nutricional que atenda às necessidades do nosso corpo em todas as fases da vida. Discutir esse assunto, é também buscar dar ênfase na soberania que ainda não é tão utilizada em estudos e na segurança que hoje em dia é uma das preocupações de órgãos públicos e privados acerca da alimentação. Também compreendemos que o tema Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional é de grande relevância no campo educacional, inclusive se faz presente pelo termo Educação Alimentar e Nutricional (EAN), que deve estar presente nas escolas não só na teoria como também na prática, como está destacado nas Leis e políticas públicas do nosso país. Neste sentido este trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de compreender em que termos a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional se faz presente em escolas públicas do município de Santa Luzia do Pará, em especial escolas públicas do ensino fundamental do sítio urbano. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa de campo. Utilizamos como fonte de coleta de dados um questionário semiestruturado que foi respondido de forma escrita pelas participantes da pesquisa, três diretoras, duas vice-diretoras e uma coordenadora pedagógica. A pesquisa bibliográfica que compôs este Trabalho de Conclusão permitiu evidenciar que o tema está em constante debate no âmbito teórico pelo mundo, inclusive após a pandemia de COVID-19. No entanto, o que buscamos no quadro teórico foi ressaltar a importância do tema. Na constituição do nosso quadro teórico, observamos que o termo "Soberania" parece não ser tão estudado e citado nos artigos e documentos oficiais que tratam do tema. Assim também não sendo conhecido pela maioria das professoras entrevistadas, que evidenciaram a preocupação com uma merenda de qualidade a ser servida aos alunos, mas que não se tem um trabalho curricular efetivo sobre o tema nas aulas para os alunos.

**Palavras-chaves:** Segurança Alimentar; Educação Alimentar e Nutricional; Merenda escolar.

## ABSTRACT

Sovereignty, Food and Nutritional Security is a very present topic in society, as it is the right of every human being to have food in quantity and nutritional quality that meets the needs of our body at all stages of life. Discuss this subject, and also seek to emphasize sovereignty, which is not yet widely used in studies, and security, which is currently one of the concerns of public and private bodies regarding food. We also understand that the theme of Sovereignty, Food and Nutritional Security is of great relevance in the educational field, including the term Food and Nutritional Education (EAN), which must be present in schools not only in theory but also in practice, as is highlighted in the laws and public policies of our country. In this sense, this course completion work aims to understand the terms in which Sovereignty, Food and Nutritional Security are present in public schools in the municipality of Santa Luzia do Pará, especially public elementary schools in the urban area. This is qualitative research, of the field research type. As a data collection source, we used a semi-structured questionnaire that was answered in written form by the research participants, three directors, two deputy directors and a pedagogical coordinator. The bibliographical research that made up this Conclusion Paper made it possible to highlight that the topic is under constant theoretical debate around the world, including after the COVID-19 pandemic. However, what we sought in the theoretical framework was to highlight the importance of the topic. In constituting our theoretical framework, we observed that the term "Sovereignty" does not seem to be as studied and cited in articles and official documents that deal with the topic. This is also not known by the majority of interviewees, who highlighted their concern with a quality lunch to be served to students, but that there is no effective curricular work on the topic in classes for students.

**Keywords:** FoodSafety; Nutritional Food Education; Schoollunch.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
1.1 Breve trajetória histórica da Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil	10
1.2 A importância de a Soberania Segurança Alimentar e Nutricional na Educação	12
<b>2 OBJETIVO GERAL</b>	<b>13</b>
2.1 Objetivos específicos	13
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>14</b>
3.1 Tipo de estudo	14
3.2 Participantes da pesquisa	14
3.3 Período de coleta de dados e instrumento de pesquisa	15
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>15</b>
4.1 Conhecimentos e efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional nas escolas	16
4.2 Importância e efetivação da merenda escolar	18
4.3 Desempenho escolar relacionado à alimentação fornecida nas escolas	19
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>24</b>
<b>APÊNDICE I - TERMO CONSENTIMENTO E LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>30</b>
<b>APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA</b>	<b>32</b>
<b>APÊNDICE III - PERFIL COLABORADORES DA PESQUISA</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Visto que a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional é de primordial importância para a garantia do direito humano à alimentação adequada e com segurança alimentar e nutricional, no entanto, as discussões em torno desse tema nem sempre foi uma preocupação. A relevância do tema só começou a ser destaque quando o mundo necessitou discutir e pensar sobre a alimentação do povo, mais precisamente as nações mais ricas como Europa, Estados Unidos (Silva, 2014).

Assim, o tema começou a ser discutido no início do século XX, durante a Primeira Guerra Mundial ocorrida entre 1914 e 1918 na Europa, com uma estreita ligação entre segurança nacional, pois a economia dos países ligados à guerra estava abalada e se tinha uma grande preocupação com os estoques de alimentos, com medo de embargos, cercos ou boicotes e correr o risco de o país ficar sem comida (Burity et al., 2010).

Com o início da Segunda Guerra Mundial entre 1939 e 1945 e avanço da Guerra Fria, a situação em volta de a temática Segurança Alimentar e Nutricional se intensificou bastante, pois agora a guerra é mais forte e com mais destruição, que saíram para além das fronteiras europeias, causando desastres em toda economia mundial (Burity et al., 2010).

Os Estados Unidos, líder do bloco capitalista diante deste cenário viu a necessidade de fortalecer sua área de influencia, e com a criação da ONU, instigou as discussões sobre a fome no mundo, sendo assim foram criadas instituições intergovernamentais para buscar combater a fome e apobreza nos países mais pobres (Silva, 2014).

Nessa guerra de posições, a fome e a pobreza deveriam ser combatidas por meio de cooperações internacionais, para evitar que se configurassem quadros de instabilidade social e política em países pobres que pudessem desencadear processos revolucionários. Portanto, o combate à fome em escala internacional passou a ser um elemento estratégico importante no jogo de disputas pelo controle geopolítico mundial.(Silva, 2014, p.10).

Para Burity et al. (2010, p.11) “a segurança alimentar foi hegemonicamente tratada com uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos”. Neste sentido, o enfoque inicial foi o medo relacionado ao aspecto político e econômico de países ricos em relação aos países emergentes. Como resultado surgiram varias organizações que discutiam o tema, relacionando com o desenvolvimento agrícola e

ajuda humanitária. Nada obstante, o enfoque estava apenas no temor de acabar a comida e a fome se alastrar mundo a fora.

Todavia, com o passar do tempo e a preocupação em torno da alimentação da população, ocorreu a primeira Conferência de Alimentação de *Hot Springs*, que aconteceu nos Estados Unidos em 1943. Nesta conferência, algumas proposições foram estabelecidas, dentre as quais, a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – Food and Agriculture Organization (FAO) (Silva, 2014).

Já na década de 70 com a crise mundial de produção de alimentos, ocorreu a Conferência Mundial de Alimentação em 1974 que ficou conhecida como precursora da Revolução Verde. Segundo Burity et al. (2010, p.11),

A garantia da segurança alimentar teria que passar por uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada proposta de aumento de produção de alimentos. Ou seja, o enfoque, nesta época, ainda estava preponderantemente no produto, e não no ser humano ficando a dimensão do direito humano em segundo plano.

No final da década de 80 e início da década de 90, o conceito de segurança alimentar incorporou também noções de acesso a alimentos seguros, de qualidade, produzidos de forma sustentável, levando em consideração o aspecto cultural com a ideia de acesso. Assim adicionam categoricamente o aspecto nutricional, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Burity et al., 2010).

Da década de 90 em diante, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional vem evoluindo e sendo bastante debatido em diversos países.

Consolida-se um forte movimento em direção à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada – PIDESC (1966),[...]Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, que reafirmou a indivisibilidade dos direitos humanos. Também a Cúpula Mundial da Alimentação, organizada pela FAO e realizada em Roma, em 1996, associou definitivamente o papel fundamental do Direito Humano à Alimentação Adequada à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. (Burity et al.,2010,p.13).

Com todos os aspectos arrolados acima, observamos o avanço da consolidação do tema Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no contexto mundial e entendemos que é um desafio que esse tema seja tratado com mais atenção, principalmente em países em subdesenvolvidos.

## 1.1 Breve trajetória histórica da Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

No Brasil o conceito de soberania, segurança alimentar e nutricional vem sendo tratado há pouco tempo em relação às necessidades que as populações sempre tiveram. O conceito vem sendo objeto de maior debate há pelo menos 30 anos, ampliando-se e incorporando gradualmente elementos que envolvem produção, acesso, segurança e qualidade do alimento (Secretaria de Proteção Social, 2013).

Ao observarmos a literatura pertinente sobre a SAN no Brasil se tem a informação que este tema começou a ser debatido nas esferas da sociedade como política e economia entre 1940 e 1970. Como afirmam Pontes, Rolim e Tamasia (2016, p.7),

EAN no Brasil é possível relatar que seu interesse foi surgindo entre os anos de 1940 a 1970, desencadeando muitos “altos e baixos”. Durante sua caminhada, desenvolveram atritos entre a introdução de novos alimentos no mercado, criação de obstáculo entre a renda e alimentação, restrição de materiais informativos sobre o tema destinado ao público, além de prevalecer uma ausência de aproximadamente duas décadas por ser tratada como estratégia de ensinar ao pobre a alimentar-se.

O país então passa a ter legislações, conferências, conselhos, guias, estudos, entre outros documentos importantes dentro da temática SAN que cada vez mais vem ganhando espaço nas discussões na sociedade política, civil e acadêmica para melhor aproveitamento de seu principal objetivo.

Em 1993, o governo do presidente Itamar Franco definiu um novo rumo para a questão alimentar no país com o lançamento do Plano de Combate à Fome e à Miséria, que foi um marco para o tema no país. Em 1994, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar teve como tema central: “Fome, questão nacional”. No relatório final do evento, consta a preocupação com a concentração de renda e de terra como determinantes da insegurança alimentar. Na qual foi crucial para a construção da agenda de segurança alimentar e nutricional no Brasil (Rocha; Burity, 2021).

Em 1998 foi realizado o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e em 1999 foi lançada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Na década de 2000 o governo federal abriu uma nova janela de oportunidades para o tema, com uma série de articulações institucionais materializadas em novas políticas públicas, novas estruturas de governo e garantia de orçamento próprio para a área (Rocha; Burity, 2021).

Nos anos seguintes de 2003 houve a criação do Programa Fome Zero e do Bolsa Família, em 2004 aconteceu a segunda Conferência de Segurança Alimentar em Olinda e em 2006 tivemos a homologação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que traz em seu art.3º a principal diretriz sobre o tema.

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Em 2007 ocorreu a terceira Conferência do tema. Já em 2010 se tem um marco muito importante acerca do tema, pois foi incluído no art.6º da Constituição Federal, o termo alimentação como um direito social. A Lei Orgânica também foi regulamentada por meio do Decreto n. 7.272, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Rocha; Burity, 2021).

Em 2011 aconteceu a quarta Conferência e também foi publicado o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com vigência de 2015 a 2021.

Em 2015 aconteceu a quinta Conferência que teve como lema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, foi um evento estratégico entre iniciativas para se atingir as metas de erradicação da extrema pobreza no país (Machado, 2017). Já em 2016 se tem um congelamento dos gastos sociais em 20 anos. Em 2018, voltamos ao mapa da fome agravada pela crise econômica no país. E em 2019, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), foi extinto pelo governo vivente na época. Em 2020 com a pandemia da COVID-19, o problema da fome e falta de alimentação adequada para a população mais vulnerável se agravou.

Sobre isso Rocha e Burity (2021, p.1) dizem:

O presidente também ignorou princípios de direitos humanos como a universalidade, a indivisibilidade e interdependência, além de todos os documentos assinados pelo Brasil que preveem a obrigação do Estado de proteger, respeitar, promover e prover o direito humano à alimentação adequada a todos e todas.

Como observado até aqui, o panorama histórico acerca do tema Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito geral, ainda está sendo discutido no Brasil e em outros países. Desta maneira, é um assunto que está em constante construção e discussão em relação ao cenário social, ambiental, político e econômico da sociedade, devido as mudanças que ocorrem nas famílias, comunidades, culturas e países.

Diante destas mudanças que a sociedade enfrenta, faz-se necessário ajustar as discussões a cerca da Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional, essas mudanças são necessárias quando determinadas regiões passam por crises climáticas tais como seca prolongada, chuvas além do normal, conflitos internos e entre nações e outros fatores que são determinantes para haja determinadas medidas e decisões para garantia desse direito.

## 1.2 A importância da Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional na educação.

Entendendo que a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional é um fator de grande importância na vida da sociedade como um todo, foi proposto este estudo que foi realizado no âmbito escolar municipal da cidade de Santa Luzia do Pará (Pará), em específico nas escolas de ensino fundamental da zona urbana, analisando sua presença nestas referidas instituições de ensino e os impactos que traz ao alunado destas escolas.

Também compreendemos que o tema Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional é de grande relevância no campo educacional, inclusive se faz presente pelo termo Educação Alimentar e Nutricional (EAN), que deve estar presente nas escolas não só na teoria como também na prática, como está destacado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 no art.26 e §9º-A. O artigo diz que a Educação Alimentar e Nutricional será incluída entre os temas transversais de que trata o caput. Incluído pela Lei nº 13.666 de 2018, neste sentido a EAN é obrigatória nas escolas (Brasil, 1996).

Piasetzki e Boff (2018, p.320) afirmam que:

[...] a internalização de conceitos e a conscientização a respeito de uma alimentação e estilo de vida saudáveis, podem proporcionar mudanças de hábitos alimentares com maior efetividade quando iniciadas na infância e na juventude. Estudar e discutir as questões da alimentação e estilo de vida com estudantes de Educação Básica pode contribuir para a construção de aprendizagens inerentes ao currículo escolar numa abordagem integral do sujeito.

“A alimentação e nutrição constituem-se em requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania” (PNAN, 2013, p.10). Assim é necessário que no ambiente educacional se trabalhe o tema de forma ampla e didática.

Rosenthal *apud* Brasil (2019, p. 4) diz que:

Em âmbito escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a principal estratégia para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) aos estudantes da rede pública de ensino. O programa atua em duas frentes: oferta de alimentos e realização de ações de EAN, que juntas contribuem para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Observamos que a EAN é bem discutida no meio educacional e existem algumas metodologias que podem ser trabalhadas na escola mais especificamente em âmbito de sala de aula com o uso da ludicidade e aulas práticas para o alunado.

O lúdico deve ser trabalhado no dia-a-dia para auxiliar os professores na educação. Além das disciplinas, a Educação Nutricional deve ser abordada com maior frequência em sala de aula, visando à formação de hábitos adequados e prevenir doenças relacionadas com a alimentação que possam surgir, além da própria merenda da escola ser saudável e nutritiva (Barbosa et al., 2022).

A escola que trabalha com o tema da EAN, também deve utilizar o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) do governo federal que visa a obtenção de alimentos através da agricultura familiar que faz parte dos eixos transversais da educação básica citados mais acima, que leva em consideração o espaço cultural do aluno. No entanto, a lei criada deste programa foi revogada pela lei nº 14.284 de 2021. Todavia, muitas escolas e prefeituras do país ainda mantem o programa, assim como, o município de Santa Luzia do Pará, lócus desta pesquisa (Brasil, 2021).

## **2. OBJETIVOS**

### 2.1 Objetivo Geral

- Compreender em que termos a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional se faz presente em escolas públicas do município de Santa Luzia do Pará, em especial escolas públicas do ensino fundamental do sítio urbano.

### 2.2 Objetivos Específicos

- Evidenciar a percepção da coordenação e direção das escolas sobre a importância da natureza desta política.
- Investigar se há um trabalho pedagógico relacionado ao currículo na escola para tratar do tema com os alunos.

- Averiguar se as escolas participam ou recebem do setor público e privado incentivo para fortalecer a Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito escolar.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo de estudo**

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Uma pesquisa de cunho qualitativo de acordo com Minayo (2004), se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes.

A pesquisa qualitativa é uma escolha que tem correntes de pesquisa muito diferentes. Em síntese, essas correntes se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental, que podem ser para averiguação, constatação, informação, significados, entre outros aspectos que não levam necessariamente a quantidade em relevância (Chizzotti, 2018).

Para Cervo, Bervian e Silva (2007, p.162) “O estudo de caso é um tipo de pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida”. Este tipo de estudo é feito com temas atuais.

#### **3.2 Participantes da pesquisa**

A referida pesquisa foi realizada em seis escolas da sede do município de Santa Luzia do Pará, que possui um total de trinta escolas ao todo, incluindo as escolas das comunidades rurais e anexas.

Para a execução da pesquisa, contou-se com a colaboração de três diretoras escolares, duas vice-diretoras e uma coordenadora pedagógica. Os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice I), neste documento explicitamos os objetivos da pesquisa, vantagens e desvantagens de participar do estudo e demais informações. Para garantir a integridade dos colaboradores ressaltamos que seus nomes não seriam divulgados.

### 3.3 Período de coleta de dados e instrumentos de pesquisa

A coleta de dados realizada em um período de quatro meses, de agosto de 2023 a novembro de 2023. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado, com quatorze perguntas voltadas diretamente ao tema pesquisado: Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional no contexto escolar. Este questionário (Apêndice II) foi respondido por escrito pelas coordenadoras pedagógicas e equipe diretora das escolas.

Para Gil (2016, p. 128), o questionário pode ser definido,

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevados de questões apresentadas por escritos às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas e etc.

Severino (2007) ressalta ainda que o questionário é importante para tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é preciso superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor à um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor.

Após o retorno dos colaboradores, o material obtido foi procedido da análise interpretativa.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No quadro abaixo apresentamos informações acerca do perfil profissional (Apêndice III) das colaboradoras deste trabalho, na qual é importante para compreender a formação e as experiências das profissionais no tema desta pesquisa.

**Quadro 1** - Perfil profissional das colaboradoras da educação entrevistadas no município de Santa Luzia do Pará.

Tempo em que trabalha na educação	Entre 10 e 31 anos.
Formação Inicial	Licenciatura em Pedagogia (5) Licenciatura em Letras/Inglês (1)
Formação continuada	Pós-graduação (3) Mestrado (3)

Tipo de formação continuada	Especialista em Educação (1) Especialista em Ensino de Ciências (1) Especialista em Linguística (1) Pós-graduada em Educação Especial (2) Pós-graduada em Gestão Escolar e Coordenação escolar (1)
Cargo que ocupa na escola	Diretora (3) Vice-diretora (2) Coordenadora (1)
Sexo	Feminino (6) Masculino ( 0 )
<b>Total de profissionais entrevistadas ( 6 )</b>	

**Fonte:** Autoria própria, 2024.

O quadro acima evidencia que as profissionais que fizeram parte desta pesquisa são em unanimidade mulheres, que possuem um bom tempo de atuação na Educação, e também possuem formação continuada em suas respectivas áreas de atuação.

As informações obtidas na pesquisa estão descritas a seguir por meio do estabelecimento de três categorias de análise. Os sujeitos são identificados pela letra E, seguida da numeração correspondente, por exemplo, E1, E2, E3, E4 e E5.

#### 4.1. Conhecimentos e efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional nas escolas

Como sabemos o tema Segurança Alimentar Nutricional (SAN) está atrelado á Educação Alimentar Nutricional (EAN). Neste tópico de análise iremos usar os dois termos, pois como o Ministério do Desenvolvimento Social (2018, p.35) diz “O fortalecimento da EAN enquanto estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional necessita que sua prática de fato se consolide no campo das políticas públicas”, ou seja, tanto a SAN e a EAN estão em consonância para que se possa ter uma efetivação do direito a alimentação com segurança e qualidade E uma educação que caminhe no sentido que este direito seja garantido, seja na sala de aula com

ações pedagógicas e na própria escola ao distribuir uma merenda escolar de qualidade.

Nesta perspectiva Issaet et al. (2014, p.2) dizem que:

A alimentação escolar visa a fornecer aporte energético e nutricional capaz de contribuir para o crescimento biopsicossocial e o pleno exercício das aptidões dos educandos, considerando-se o processo ensino-aprendizagem durante o período de permanência na instituição educacional.

A primeira categoria de análise reflete informações obtidas dos participantes do estudo sobre o conhecimento do tema e como a SAN tem sido garantida nas escolas. Quando questionados se já ouviram falar de Soberania e Segurança Alimentar e como obtiveram essa informação, os colaboradores da pesquisa responderam que:

*“Sim, através de encontros realizados pela nutricionista do município” (E1).*

*“Sim, internet e por meio da nutricionista municipal” (E2).*

*“Não!”(E3).*

*“Sim, ouvir falar na televisão” (E4).*

*“De forma separada, sim. Nos acessos a mídias” (E5).*

Foi possível observar que das cinco colaboradoras da pesquisa, quatro delas já ouviram falar sobre SAN. Apenas uma colaboradora não ouviu falar. De maneira geral, as colaboradoras ressaltaram que tiveram conhecimento do tema por meio do nutricionista escolar e por meio do acesso as mídias.

Como afirma Barbosa et al (2013, p.944)

Romper estes limites em direção a consolidar os espaços de facilitadores da integração entre os conhecimentos sobre educação dos educadores, com os conhecimentos sobre nutrição do nutricionista, pode ser um dos caminhos de superação dos limites que se fazem presentes tanto na escola quanto na própria formação do nutricionista e do docente pedagogo ou licenciado. Esta questão aponta como fundamental a constituição de espaços de formação continuada que possibilitem a promoção sistemática destas ações no âmbito dos currículos escolares, contemplando o disposto na política de alimentação escolar, que qualifica a oferta de alimentos na escola precedida, concomitante e sucedida por ações educativas sobre alimentação em todas as suas dimensões, inclusive a nutricional.

Neste sentido é imprescindível que os educadores não só saibam da existência da SAN, mas também tenham conhecimentos sobre alimentação e nutrição, tendo até formação que possibilite esse profissional da educação atuar de forma adequada diante de um tema tão importante. A escola em si deve estar qualificada para a real efetivação de uma Segurança Alimentar e Nutricional, dentro dos parâmetros da Educação Alimentar Nutricional, como afirma Albuquerque (2012), o ambiente escolar, a sala de aula, o recreio, as atividades extraclasse são considerados um cenário apropriado para o desenvolvimento de intervenções em EAN, pois, além de conter as dimensões do aprendizado e ensino, existem as relações entre família e comunidade escolar.

Os colaboradores também foram questionados sobre como o direito a Soberania e a Segurança Alimentar tem sido trabalhado/ garantido nas escolas em que trabalham.

*“Esses direitos são assegurados na merenda escolar como rege a legislação que pelo menos 30% seja de origem da agricultura familiar. Desta forma, a merenda escolar possui uma qualidade tornando o alimento saudável e de origem orgânica em todas as escolas municipais de Santa Luzia do Pará” (E2).*

*“É um direito garantido pela qualidade da merenda” (E3).*

*“Não é trabalhado esse tema na escola” (E4).*

*“Respeitando a cultura e hábitos alimentares dos alunos” (E5).*

Percebe-se que as respostas dos agentes educacionais da pesquisa são bastante distintas acerca do tema abordado, e que cada uma delas vê o direito de se ter uma alimentação de qualidade de forma positiva, no entanto, não com tanta ênfase ao que o tema abarca.

Como afirmam Bicalho e Lima (2020, p.3):

A alimentação escolar brasileira cumpre um papel de proteção social, ao proporcionar a redução da fome e contribuir no crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, na aprendizagem, no rendimento escolar, bem como colaborar na formação de práticas alimentares saudáveis, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições

que cubram as necessidades nutricionais dos estudantes no período em que permanecem na escola.

Neste sentido, observamos que algumas das escolas pesquisadas ainda precisam de um conhecimento mais aprofundado sobre a Segurança Alimentar e Nutricional, pois como se sabe é um direito adquirido por meios de lutas sociais e assegurado por meio de leis que afirmam diante da sociedade que seja efetivado para todos.

O Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010 diz que a “promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional” é um dos objetivos de órgãos com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, assim a escola e os agentes educacionais devem estar cientes dos direitos dos alunos (Brasil 2010).

#### 4.2 Importância e frequência da merenda escolar

As colaboradoras quando perguntadas sobre suas percepções quanto à alimentação fornecida na merenda escolar, se é importante para o bem-estar nutricional, psicológico e social das crianças, as respostas foram as seguintes:

*“Porque a mesma auxilia no desenvolvimento do habito alimentar das crianças, podendo ser multiplicado no incentivo familiar” (E1).*

*“Sim, a merenda escolar contribui com adequação alimentar suprindo os nutrientes necessários diários do organismo que ajudará no desempenho intelectual do educando” (E2).*

*“Sim. É muito importante porque para muitos desses alunos a merenda escolar é a mais eficiente fonte nutricional do dia” (E4).*

*“Sim! Porque é uma nutrição adequada e essencial para os alunos, pois lhe proporcionam uma melhor qualidade de vida” (E5).*

Conforme as respostas acima, percebe-se que as profissionais estão em consonância quanto a importância da qualidade da merenda servida na escola em que atuam. Bem como na função que a merenda pode desempenhar na vida de cada educando, seja na qualidade de vida, desempenho intelectual, alimentação do dia, incentivo para incluir a família a prática de uma alimentação com hábitos que favorece uma melhor nutrição e qualidade de vida dos estudantes. De maneira geral, as respostas aqui mencionadas, nos leva a ter uma visão ampla do que a merenda pode proporcionar na comunidade escolar e também nos ambientes fora da escola.

De acordo com a Fundação Mudes (2023), “é imprescindível que as instituições de ensino tenham um planejamento de uma refeição nutricional reforçada, a fim de que seja promovida a educação, saúde, o bem-estar e a segurança alimentar de qualidade”, neste sentido, é possível detectar que as educadoras têm uma percepção adequada no que se refere a uma merenda de qualidade oferecida para os alunos, que devem ter uma alimentação baseada em uma nutrição devidamente equilibrada e segura.

Para que haja a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional é necessário a regularidade do abastecimento. Assim indagou-se as colaboradoras sobre a merenda fornecida, se acontece de forma ininterrupta, atendendo todo período letivo e como a escola se prepara para que essa garantia tenha êxito?

*“A escola é abastecida mensalmente pelo DEMA-Departamento Municipal de Alimentação Escolar, que é responsável pela merenda escolar. A escola tem depósito e freezer para armazenar e distribuir adequadamente” (E2).*

*“Com certeza, o fornecimento é contínuo e atende todo o ano letivo” (E3).*

*“Aqui na escola não há falta de merenda, sempre chega no início do mês” (E4).*

*“A merenda escolar é fornecida, atendendo todo o ano letivo, e a escola promove estratégias de bons hábitos alimentares em favor de uma melhor aprendizagem” (E5).*

De acordo com as respostas acima é visto que as escolas do município de Santa Luzia do Pará têm um fornecimento regular da merenda escolar, sendo entregue pelos órgãos municipais competentes.

No estudo de Santos (2021, p.4) “O PNAE determina que a alimentação escolar deve ser garantida em todos os dias letivos, em quantidade suficiente aos estudantes, com qualidade, assegurando o acesso a alimentos diversificados”, que também sejam diversificados, promovendo a saúde dos educandos, e que os órgãos fiscalizadores e mantenedores também são importantes para uma qualidade da alimentação escolar.

#### 4.3 Desempenho escolar relacionado à alimentação fornecida nas escolas.

A alimentação é muito importante para o desenvolvimento de qualquer pessoa, em todos os estágios da vida, e na escola não é diferente, como Cavassin e Pinho (2013) mostram que a atuação da alimentação no desenvolvimento do aluno e na aprendizagem escolar, é compreendida como parte integrante no processo de ensino-aprendizagem, podendo interferir no desempenho intelectual de crianças e adolescentes, e assim ter relação direta com o desempenho escolar. Neste sentido, a indagação feita as colaboradoras da pesquisa foi se elas observam uma diferença no desempenho escolar de crianças que possuem uma alimentação adequada, tendo três refeições durante o dia.

*“Com certeza, toda criança que se alimenta bem e faz suas refeições diárias tem desenvolvimento de aprendizagem mais elevado” (E1).*

*“Sim, sabemos que há diferença em nosso público no aspecto socioeconômico que há criança que já chega na escola querendo saber qual é a merenda do dia e ficou ansiosa p/ aquele horário quando percebemos que a alimentação de sua casa não supre e não dispõe das três refeições e outra percepção e no aprendizado ou na disposição deste” (E2).*

*“Em alguns casos sim, pois temos alunos que não tornam café pra vir pra escola queixam de falta de alimentos em casa. O desempenho é melhor em partes naqueles alunos tem uma boa alimentação” (E3).*

*“Sim. Alunos bem alimentados aprendem mais” (E4).*

*“Sim! Porque a alimentação e desempenho escolar estão diretamente interligados” (E5).*

É visto que de acordo com as próprias profissionais da educação os alunos têm sim um melhor desempenho escolar quando estão bem alimentados, e que o horário que estudam também tem haver com a alimentação no tempo certo do dia.

Assim, é importante indagar se a escola é contemplada com algum programa institucional, tais como: Programa de Aquisição de Alimento (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como dizem Arque, Ferreira e Figueiredo (2021) A merenda escolar está instituída nas escolas públicas do Brasil pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que é uma das maiores políticas públicas que mantem recursos para a merenda escolar para e também para oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.

*“Sim a escola é contemplada principalmente com os benefícios do PAA na adesão da agricultura familiar, e os benefícios que a escola recebe é uma merenda nutricional de melhor qualidade e principalmente sem agrotóxicos” (E1).*

*“Os programas contribuem na verificação da necessidade do estudante objetivando cada especialidade e/ou desconforto alimentar como no caso de intolerância a lactose, por exemplo. E essa preocupação nos alerta a conhecer esse público com mais atenção cada caso” (E2).*

*“Sim a merenda é mais saudável agora” (E3).*

*“Sim! Na percepção geral os programas que além de estimular a produção de alimentos da agricultura familiar. Para os alunos esses alimentos são sinônimo de qualidade” (E5).*

Como observado nas respostas, as escolas são contempladas com algumas das principais políticas públicas de alimentação escolar, e o PAA está presente, pois como afirma Camargo, Baccarin e Silva (2013, p.6) “Com a modalidade Compra Institucional o PAA participa das ações de alimentação escolar de alguns estados e municípios”. Os autores afirmam que esse mercado organizacional tem um impacto positivo no quesito alimentação no âmbito das escolas, sendo essas responsabilidades das esferas estaduais e municipais. E apesar do programa PAA ter sido revogado pelo governo federal da gestão anterior, muitos municípios como o lócus desta pesquisa ainda utilizam os alimentos oriundos deste programa.

Também foi nosso interesse saber como cada uma das colaboradoras da pesquisa descreveria uma alimentação ideal para ser servida as crianças na escola onde atuam. Obtivemos as seguintes respostas.

*“A escola tem um papel importantíssimo para estimular uma alimentação saudável, no entanto incentivamos desde bem cedo pequenos a se alimentar de frutas, legumes, verduras fresquinhas, dentre outros” (E1).*

*“A alimentação ideal para a merenda escolar deve ser contemplando os nutrientes necessários do público alvo e com acompanhamento de nutricionista, assim como está acontecendo no nosso município de Santa Luzia do Pará” (E2).*

*“Uma merenda com mais variedade de frutas e verduras e mais proteínas também” (E4).*

*“Alimentação ideal é o que a escola já proporciona aos alunos, priorizando no cardápio alimentos básicos e saudáveis, evitando o máximo de alimentos industrializados” (E5).*

As educadoras foram bem diretas e objetivas quando destacam alimentos como frutas, verduras, legumes, proteínas, os grãos também devem entrar nesta lista assim como os laticínios, pois como afirma Martins (2021, p. 66) “Uma alimentação saudável e balanceada é essencial para o estado de saúde das crianças, e um fator determinante para o bom funcionamento do corpo, bom crescimento, ótima

capacidade de aprender, comunicar, pensar, socializar e se adaptar a novos ambientes e pessoas”, tendo uma boa nutrição os alunos podem se dedicar as aulas e ter uma boa saúde. Por esta razão também é importante saber se a escola trabalha com as temáticas, Educação Alimentar, Reeducação Alimentar das crianças para evitar problemas de saúde e possíveis soluções.

*“Sim! Através do próprio alimento fornecido a eles, através de aulas práticas junto aos profissionais da instituição” (E1).*

*“Não necessariamente com essas temáticas, o que é feito é o cuidado com o manuseio dos alimentos e conservação” (E3).*

*“Esse ano não houve nenhum projeto que contemplasse essas temáticas. Houve ação com palestras de SEMED sobre obesidade e alimentação saudável” (E4).*

A escola é um local privilegiado para a implementação da EAN, pois possui a função social de formar cidadãos críticos, conhecedores de diversos assuntos relacionados à vida e à sociedade, dentre eles a alimentação e a nutrição humanas, com a finalidade de construir a cidadania e melhorar a qualidade de vida (Borsoi; Teo; Musio, 2016). E também deve estar no currículo da escola o tema para ser trabalhado em sala de aula de acordo com a Lei nº 13.666 de 16 de maio de 2018 que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar” (Brasil, 2018).

Como observado nas respostas, nota-se uma distância muito grande na percepção das educadoras nesta questão relacionada a EAN, uma vez que tal tema deve estar incluído no currículo das escolas do ensino básico, trabalhado na transversalidade, são lacunas observadas que preocupa o que vem sendo trabalhado em sala de aula e que os impactos podem ser comprometedores na vida dos estudantes.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entende-se que a Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional é um tema de bastante relevância para sociedade em geral, no entanto, no ambiente educacional é

imprescindível que esteja presente tanto com uma merenda de boa qualidade nutricional, quanto no âmbito curricular. Em nossa pesquisa, buscamos evidenciar se o tema é conhecido pelos agentes educacionais como diretores, coordenadores e vice-diretores e como os mesmos atuam diante do tema na escola e com os alunos.

A pesquisa bibliográfica que compôs este Trabalho de Conclusão permitiu evidenciar que o tema está em constante debate no âmbito teórico pelo mundo, inclusive após a pandemia de COVID-19. No entanto, o que buscamos no quadro teórico foi ressaltar a importância do tema. Na constituição do nosso quadro teórico, observamos que o termo "Soberania" parece não ser tão estudado e citado nos artigos e documentos oficiais que tratam do tema.

Outro ponto que teve bastante relevância neste estudo foi a questão do pouco conhecimento das colaboradoras da pesquisa acerca do tema, por vezes, algumas davam respostas superficiais sobre as questões, ou até não respondiam de acordo com o que lhes foi perguntado. Entretanto, constatou-se que se tem uma preocupação com a alimentação escolar no município e nas escolas.

Para superar alguns gargalos acerca da Soberania e Segurança Alimentar, atrelada a EAN nas escolas, algumas ações pertinentes são necessárias. Diante destes desafios, propõe-se a inclusão de projetos nas escolas, sendo projetos abrangentes, favorecendo ações que envolvam os educadores, os nutricionistas escolares, responsáveis pela manipulação dos alimentos, bem como os órgãos competentes do município.

Partindo desse princípio, cabe aos professores atualizar-se de que a EAN urge como um processo de ações continuadas de aprimoramento dentro do ambiente escolar, para bem instruir os educandos a adquirirem práticas alimentares que proporcionam a vida, visando os aspectos alimentares local, a sustentabilidade, as responsabilidades socioambientais, econômicas e culturais.

Por fim, reforçamos que este trabalho abre um leque para outros estudos, devido as constantes mudanças no âmbito teórico que estão acontecendo em nosso país e no mundo acerca da temática Soberania Segurança Alimentar e Nutricional.

## REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, A. G. **Conhecimentos e práticas de educadores e nutricionistas sobre a Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9087>. Acesso em: 30 out. 2023.

ARQUE, R.G.C; FERREIRA, J.C.S; FIGUEIREDO, R.S. **A importância nutricional da merenda escolar para a comunidade.** Centro Universitário Fаметro, Artigo publicado em revista científica Research, Society and Development, v. 10, n. 14, Brasil, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/21852-Article-262600-1-10-20211027.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BARBOSA, B. S. et al. **Manual de atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Educação Infantil.** Editora Universidade Federal de Afenas, Poços de Caldas-MG, 2022. Disponível em: [https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/wp-content/uploads/sites/125/2022/05/Manual-de-atividades-de-Educacao-Alimentar-e-Nutricional-EAN-na-educacao-infantil\\_Pocos-de-Caldas\\_2022.pdf](https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/wp-content/uploads/sites/125/2022/05/Manual-de-atividades-de-Educacao-Alimentar-e-Nutricional-EAN-na-educacao-infantil_Pocos-de-Caldas_2022.pdf). Acesso em: 09 nov. 2023.

BARBOSA. N. S, et al. **Alimentação na escola e autonomia- desafios e possibilidades.** Artigo Revista Ciênc. saúde, coletiva 18 de abril 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ds9bCsMtKWRjPcBW9zLsrcJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2024.

BICALHO, D.; LIMA, T. de M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito á alimentação durante a pandemia da Covid-19.** Demetra. DOI 10.12957/Demetra, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/52076>. Acesso em: 13 jan. 2024.

BORSOI, A.T; TEO, C.R.P.A; MUSSIO, B.R. **Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar: uma revisão integrativa.** RIAEE, Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v 11, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7413>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Presidência da República, Brasília 2010. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7272&ano=2010&ato=387UTRq5EMVpWT578>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. **Altera a lei nº 9.394 de 20 de novembro de 1996, para incluir o tema transversal de Educação Alimentar e Nutricional no currículo escolar.** Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm). Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. Lei orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/lei/11346.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/lei/11346.htm). Acesso em: 31 out. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais). Acesso em: 06 nov. 2023.

BURITY. V et al. **Direito humano á alimentação adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. ABRANDH, Brasília, 2010.

CAMARGO, R.A de; BACCARIN, J.G; SILVA, D.R.P da. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da Segurança Alimentar**. Artigo, UNESP, 2013. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-temas-versao-publicada.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CAVASSIN, P. M.; PINHO, K. E. **Influência da alimentação no desenvolvimento do aluno e na aprendizagem escolar**. Cadernos PDE, Versão On-line ISBN 978-85-8015-076-6, Paraná, 2013. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_utfpr\\_cien\\_artigo\\_paulo\\_martins\\_cavassin.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_utfpr_cien_artigo_paulo_martins_cavassin.pdf). Acesso em: 12 jan. 2024

CERVO, L. A.; BERVIAN, A.P.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo, SP: Ed. Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez editora: São Paulo: 2018.

FUNDAÇÃO MUDES. **Qual a importância da merenda escolar**. Instituição de ensino. 2023. Disponível em: <https://mudes.org.br/instituicao-de-ensino/importanciadamerendaescolar/>. Acesso em: 12 jan. 2024

GIL, A. C.; **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo, SP: Ed. Atlas, 2016. 200 p.

ISSA RC, MORAES LF, FRANCISCO RRJ, SANTOS LC, ANJOS AFV, PEREIRA SCL. **Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação**. Rev Panam Salud Publica. 2014;35(2):96–103. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2014.v35n2/96-103>. Acesso em: 15 jan. 2024.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 06 nov. 2023.

MACHADO, R. L. A. 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Presidência da República. Brasil, 2017. Acesso: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MARTINS, F. W. M. **A alimentação saudável e o desenvolvimento da criança**. Revista 1ª Evolução, ano II, nº16, maio de 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. Editora Hucitec: São Paulo, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional**. Brasília/DF, 2018.

NOVIKOFF, C. **Proposições científicas e éticas aplicadas em entrevista e questionário**. Revista Valore, v. 5, p. 5027, 2020. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/472>. Acesso em: 06 nov. 2023.

PIASETZKI, C.T.R; BOFF, E.T.O. **Educação Alimentar e Nutricional e a Formação de Hábitos Alimentares na Infância**. Revista Contexto e Educação, Editora Unijuí, 2018. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7934>. Acesso em: 09 nov. 2023.

**Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Ministério da saúde. Brasília, 1ª edição 2012 e reimpressão 2013.

PONTES, A.M.O; ROLIM, H.J.P; TAMASIA, G.A. **A importância da Educação Alimentar e Nutricional na prevenção da obesidade em escolares**. Registro Faculdade Integradas do Vale do Ribeiro, 2016.

ROCHA, N.C; BURITY, V.T: **O direito humano à alimentação no mundo e no Brasil**. Nexa políticas públicas. 12 de Abr 2021. Link para matéria: Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-direito-humano-%C3%A0-alimenta%C3%A7%C3%A3o-no-mundo-e-no-Brasil>. Acesso em: 31 out. 2023.

ROSENTAL, F. G. **Caderno de ações de Educação Alimentar e Nutricional**. Florianópolis: UFSC/CCS, 2018. Disponível em: <https://cecanesc.paginas.ufsc.br/files/2019/09/Caderno-de-A%C3%A7%C3%B5es-de-EAN-PDFvers%C3%A3o-final-com-ficha-catalogr%C3%A1fica.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SANTOS, C. K. dos. **Importância da alimentação escolar na introdução alimentar e formação de hábitos adequados e saudáveis**. Cecane-SC, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://cecanesc.paginas.ufsc.br/files/2021/04/IMPORT%C3%A2NCIA-DA-ALIMENTA%C3%87%C3%83O-ESCOLAR-NA-INTRODU%C3%87%C3%83O-ALIMENTAR-E-FORMA%C3%87%C3%83O-DE-H%C3%81BITOS-ADEQUADOS-E-SAUD%C3%81VEIS.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 307p.

SILVA, S.P. **A trajetória histórica de Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional**: Projetos, descontinuidades e consolidação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD\\_1953.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf). Acesso em: 30 out. 2023.

SPS. Secretaria da Proteção Social. **Evolução histórica, conceitos e trajetória**. Ceará, 06 de maio de 2013, Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/2013/05/06/historicosan/>. Acesso em: 31 out. 2023.

## APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a), como voluntário (a), para participar da pesquisa intitulada “Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional no contexto escolar urbano do município de Santa Luzia do Pará” de autoria de Nilton Pereira de Lima, aluno da Universidade Federal do Pará, Campus Bragança, Pólo Santa Luzia do Pará. Com a pesquisa pretendemos evidenciar como os gestores escolares lidam com questões voltadas a soberania, segurança alimentar e nutricional nas escolas mediante aplicação de 14 perguntas direcionadas aos gestores da educação básica. Você poderá a qualquer momento se recusar a participar da pesquisa. Cabe mencionar, que a sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo. Os benefícios da presente pesquisa estão relacionados à constituição de cenários que revelem compreensões, conhecimentos e dificuldades relacionadas a garantia da soberania, segurança alimentar e nutricional de estudantes. Declaro que fui informado (a) do objetivo e da metodologia a ser adotada na pesquisa, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão, se assim o desejar.

Por gentileza assinar nome completo e legível:

---

Local e data:

## APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1-Você já ouviu falar de Soberania e Segurança Alimentar? Se sim, em quais meios você teve acesso a essas informações?

2- A Soberania e Segurança Alimentar Nutricional é um direito fundamental a vida. Tomando como base essa informação. De que maneira esse direito é trabalhado no ambiente escolar que você atua?

3- Na sua percepção, a alimentação fornecida na merenda escolar é importante para o bem estar nutricional, psicológico e social das crianças? Comente.

4- Para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional é necessário a regularidade do abastecimento. Na escola que você atua, a merenda fornecida acontece de forma ininterrupta, atendendo todo período letivo? Como a escola se prepara para que essa garantia tenha êxito?

5- O conceito de Segurança Alimentar passou a incorporar a noção de alimentos seguros dentro dos padrões sanitários, (alimentos livres de microrganismos patogênicos, agentes químicos, físicos biológicos e outros). Que medidas de controle são tomadas para prevenção de situações de insegurança alimentar?

6- Você observa diferença no desempenho escolar de crianças que possuem uma alimentação adequada para aquelas que não dispõem das três refeições diárias?

7- Existe algum trabalho da escola em parceria com outras organizações para superar o baixo desempenho escolar das crianças que se encontram nessas condições?

8- Na elaboração do cardápio da alimentação oferecida as crianças, considera-se a inclusão de alimentos saudáveis?

9- Ao introduzir um novo alimento na merenda ou uma mudança no cardápio, realiza se teste sensorial para perceber o grau de aceitabilidade por parte dos estudantes? Se sim, com que frequência esse trabalho é feito?

10- A escola é contemplada com algum programa institucional, tais como; Programa de Aquisição de Alimento (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)? Se sim, o que mudou com a participação desses programas em relação a qualidade da merenda escolar na sua percepção?

11- Há dificuldades para incorporar os alimentos desses programas no cardápio da merenda escolar? Existe um nutricionista que orienta a equipe da merenda nesse trabalho?

12- Como você descreveria uma alimentação ideal para ser servida as crianças na escola onde você trabalha?

13- Quais medidas poderiam ser tomadas pelos governantes para obter essa alimentação ideal para as crianças?

14- A escola trabalha com as temáticas, Educação alimentar, Reeducação Alimentar das crianças para evitar problemas de saúde?

APÊNDICE III- QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DOS COLABORADORES DA PESQUISA.

1- NOME COMPLETO:

2- TEMPO QUE TRABALHA COM A EDUCAÇÃO:

3- FORMAÇÃO INICIAL:

4- FORMAÇÃO CONTINUADA:

5- QUAL TIPO DE FORMAÇÃO CONTINUADA (exemplo: Especialista em Educação Ambiental, Mestrado em educação, etc.):

SEXO: ( ) F ( ) M